



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 732/11

Declara de Utilidade Pública o
Instituto UNIFAMMA, com sede
e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita não identificada.

Assinatura manuscrita não identificada.

Relator

Assinatura manuscrita não identificada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

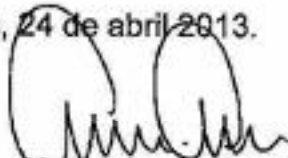
Redação Final ao Projeto de Lei nº 028/12

Denomina Rodovia Geraldo Felipe o trecho da PR-218 que liga os Municípios de Loanda e Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Geraldo Felipe o trecho da PR-218 que liga os Municípios de Loanda e Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de abril 2013.


Alexandre Curi
Deputado Estadual


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 06/13

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3/2009, referente ao mês de janeiro de 2013.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3/04, com as modificações contidas na Resolução nº 3/09, referente ao mês de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 62/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Ficam introduzidas na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, as seguintes alterações:

I - ficam acrescentados os §§ 3º a 5º ao art. 39:

“§ 3º Não se considera início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização a comunicação do fisco sobre inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte mediante autorregularização.

§ 4º A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das inconsistências identificadas pelo fisco, nos termos e condições estabelecidos na comunicação de que trata o § 3º e será regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 5º A manutenção da espontaneidade, na hipótese da autorregularização, se restringe às inconsistências descritas na comunicação.”;

II - o art. 40 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55 será reduzida:

I - do 1º ao 30º dia seguintes ao dia em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso;

II - a partir do 31º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, até a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, em 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto declarado.

§ 1º As demais multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, serão reduzidas nos percentuais abaixo indicados, desde que quitadas juntamente com as demais quantias exigidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - em 20% (vinte por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º, os juros incidentes sobre a multa também serão reduzidos em 20% (vinte por cento).

§ 3º Os benefícios previstos neste artigo prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.”;

III - o § 2º do art. 41 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficientes para liquidação do débito, ficando dispensados quando os valores parcelados forem inferiores a oitocentas UPF/PR e a quantidade de parcelas não for superior a 12.”;

IV - o inciso I e a alínea “a” do inciso XV, ambos do § 1º do art. 55, passam a vigorar com as seguintes redações:

“I - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto, por período de apuração;”;

V - o inciso II, a alínea “c” do inciso III, os incisos IV e V, o “caput” e a alínea “a” do inciso VI, os incisos VIII, IX, X e XI, o item 1 da alínea “a” do inciso XII do art. 56, passam a vigorar com as seguintes redações, acrescentando-se as alíneas “d” a “g” ao inciso III e o parágrafo único ao “caput” do art. 56:

“II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal se considera iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, com intimação do sujeito passivo, seu representante ou preposto, na forma prevista no inciso V, alínea “a”;

b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção de mídias, de informações digitais, de documentos ou de livros comerciais e fiscais;

c) por qualquer outro ato escrito, praticado por Auditor Fiscal no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos lançamentos de ofício e dos processos administrativos fiscais;

d) o auto de infração, exceto o decorrente de fiscalização de trânsito de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

mercadorias, será instruído com relatório fiscal circunstanciado sobre as questões de fato e de direito motivadoras do lançamento de ofício;

e) não se declarará a nulidade: se não houver prejuízo às partes; em favor de quem lhe houver dado causa, por ação ou omissão; se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingido a sua finalidade;

f) a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência;

g) a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade o eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal;

IV – APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias, de bens, de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, como prova material da infração tributária, mediante termo de apreensão, observando-se que:

a) se houver prova ou fundada suspeita de que os itens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor se recusar a fazer a sua exibição;

b) os itens apreendidos ficarão sob a custódia do fisco e poderão ser liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores;

c) em relação à apreensão de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, ou à sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo;

d) ter-se-á como comprovada a integridade das informações digitais quando houver sido efetuada sua vinculação a um ou mais códigos digitais gerados por aplicativo especialmente projetado para a autenticação de dados informatizados, garantindo que a configuração do código autenticador seja modificada na hipótese de ocorrer qualquer alteração, intencional ou não, do seu conteúdo;

V – INTIMAÇÃO

a) as intimações para que o autuado integre a instância administrativa e da decisão de que trata o inciso XI serão efetivadas:

1. pessoalmente, mediante entrega ao sujeito passivo, a seu representante legal ou preposto, de cópia do lançamento de ofício ou de outro procedimento, e dos documentos que lhe deram origem, ou da decisão e seus anexos, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, no caso de recusa, declaração escrita do Auditor Fiscal que o intimar;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

2. por via postal ou por qualquer outro meio, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

3. por meio eletrônico em portal da Secretaria da Fazenda ou, a critério do fisco, em endereço eletrônico indicado pelo sujeito passivo ou por seu representante legal;

4. quando resultarem improficuas qualquer das modalidades anteriormente previstas, por publicação única em edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do autuado ou de seu representante legal, ou da declaração escrita de quem fizer a intimação na hipótese daquele se recusar a recebê-la, se pessoal;

2. na data da juntada ao processo do aviso de recebimento, quando a intimação for realizada por via postal;

3. na data do registro de acesso ao conteúdo da intimação feita por meio eletrônico;

3.1 nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;

3.2. a consulta referida neste item deverá ser efetuada em até dez dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada no término desse prazo;

4. dez dias da publicação do edital;

c) para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo o endereço postal por ele fornecido para fins cadastrais ou o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária;

d) consideram-se válidos, para fins de intimação, os endereços fornecidos pelo sujeito passivo ou por seu representante legalmente constituído, cabendo a esses mantê-los atualizados;

e) não sendo localizado o sujeito passivo no endereço de que trata a alínea "c", a intimação deve ser feita mediante publicação de edital;

f) os meios de intimação previstos nos itens 1, 2 e 3 da alínea "a" não estão sujeitos a ordem de preferência;

VI - RECLAMAÇÃO

Reclamação é a defesa apresentada pelo autuado, no prazo de trinta dias a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em qualquer repartição da Coordenação da Receita do Estado e nela o autuado aduzirá todas as razões de fato e de direito e demais argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

VIII – DILIGÊNCIAS

A autoridade administrativa poderá determinar diligências ou requisitar

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



documentos ou informações que forem considerados úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

IX – PARECER

Concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

X - REVISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Sem prejuízo do contido no art. 149 do Código Tributário Nacional, se após a ciência do auto de infração e antes da decisão de primeira instância for verificada a existência de sujeito passivo solidário poderá ser lavrado auto de infração revisional, do qual serão intimados os sujeitos passivos, abrindo-se o prazo de trinta dias para apresentação de reclamação ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo do benefício da redução da multa previsto no inciso I do § 1º do art. 40;

XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo em primeira instância é de competência do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la para autoridade administrativa, podendo essa solicitar audiência de órgão da Coordenação da Receita do Estado ou da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, observando-se que:

- a) a autoridade julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do reclamante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, justificadamente;
- b) deverá ser aberto prazo de quinze dias para eventual complementação da reclamação, se da realização de diligências resultar a apreensão ou anexação de novos documentos, que implique inovação no conjunto probatório;
- c) fará parte da decisão relatório resumido do processo, parecer circunstanciado sobre a matéria discutida, razões da defesa, fundamentos legais e conclusão;

1. de ofício, da decisão que declarar improcedente o lançamento, desde que o montante atualizado do crédito tributário, na data da decisão, seja superior a 1.000 UPF/PR, formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão;

-- XIV - DECISÕES FINAIS

- b) os créditos tributários inscritos em dívida ativa poderão ser cancelados com observância do disposto em decreto do Poder Executivo;

Parágrafo único. A administração tributária poderá estabelecer



hipóteses em que as reclamações, os recursos ou outros documentos e procedimentos possam ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em formato digital.”;

VI - o § 2º do art. 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado na forma dos itens 2 a 4 da alínea “a” do inciso V do art. 56, observado o disposto na alínea “e” desse inciso.”;

VII - o art. 59 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. A administração tributária poderá, mediante decisão fundamentada:

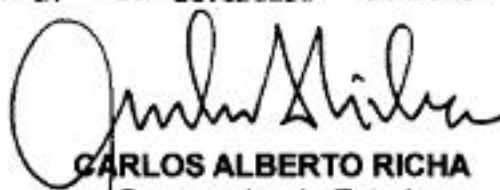
I - anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais;

II - retificar seus próprios atos quando esses apresentarem defeitos sanáveis e se evidencie lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.”;

VIII - ficam revogados os §§ 3º dos artigos 35 e 41, bem como o inciso VII e a alínea “b” do inciso XIV do art. 56.”

Art. 2º A alteração promovida pelo art. 1º desta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto as alterações promovidas pelos incisos II, III e IV do referido artigo, que entram em vigor 90 (noventa) dias após a data de suas publicações.

Palácio do Governo, em 27 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



MENSAGEM
Nº 015 /2013

I - À DAP para leitura do expediente
II - À DL para providências.
Em 04/03/2013
[Assinatura]
Presidente



Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar, conforme especifica, dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Com a evolução tecnológica dos procedimentos de fiscalização surgiu a necessidade de adaptações na redação de alguns dispositivos da Lei Orgânica do ICMS.

Esta proposta pretende adequar a legislação no sentido da integração aos novos conceitos de ciência eletrônica, do domicílio eletrônico, bem como do lançamento de ofício e do processo administrativo fiscal eletrônico.

Também estão sendo apresentadas adaptações embasadas no princípio da economicidade.

A seguir, apresentam-se os dispositivos alterados e as respectivas justificativas destas alterações:

I - Art. 39 - inclusão dos §§ 3º, 4º e 5º:

Em face das modernas técnicas de administração tributária, notadamente do grande número de informações disponibilizadas em

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.745.977-2



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

forma eletrônica, constata-se, de um lado, a crescente quantidade de dados coletados para cruzamento e identificação de indícios de irregularidades, e, de outro lado, a tendência de redução de recursos humanos à disposição do fisco.

Nesse contexto, para a obtenção de maior eficácia da administração tributária, torna-se necessário o emprego mais eficiente da tecnologia da informação e a automatização das tarefas mais simples de conferência de livros e documentos, sendo imprescindível o uso de ferramentas automatizadas para a identificação de indícios de irregularidades, a partir das informações disponíveis ao fisco.

Em função da detecção automática de um número muito maior de erros ou equívocos praticados pelos contribuintes, o princípio da economicidade impõe oportunizar, aos contribuintes de boa fé, a regularização "espontânea" da inconsistência ou da não conformidade detectada eletronicamente pelo fisco, afastando a imposição de multa, nesses casos específicos, mesmo que a partir de uma correspondência formal a eles destinadas.

Muitas administrações tributárias brasileiras já adotam com sucesso esse tipo de procedimento, como por exemplo os Estados do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Pernambuco, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da Receita Federal do Brasil;

II - Art. 40 - nova redação ao parágrafo único, renumerando-o como § 1º e inclusão dos §§ 2º e 3º:

O dispositivo, na redação atual, determina que as multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, sejam reduzidas em 75% quando pagas até o 15º dia após a ciência do lançamento, e em 50% quando pagas do 16º ao 30º dia. O benefício se estende ao parcelamento, desde que quitadas as demais quantias.

A alteração proposta uniformiza o percentual de redução para 50% do 1º ao 30º dia apenas para pagamento à vista e acrescenta a redução de 20% da multa e de seus juros do 1º ao 30º dia da data da ciência da decisão de primeira instância, possível em razão da elevação da multa proposta neste anteprojeto de lei.

Dessa forma, estar-se-á equiparando a legislação paranaense à legislação federal, no que se refere às reduções das multas, e oportunizando o pagamento do crédito tributário lançado com redução em nova etapa do processo administrativo fiscal, ou seja, após a decisão singular.



Trata-se de uma medida justa, tendo em vista que os contribuintes paranaenses enquadrados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional já estão sujeitos à legislação federal, no que se refere às reduções da multa e, desse modo, a legislação paranaense passará a dar tratamento isonômico para todos os contribuintes domiciliados no Estado.

Busca-se, ainda, reduzir a vantagem competitiva dos contribuintes descumpridores da legislação tributária em relação aos bons contribuintes, pois o percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) da multa atualmente vigente é muito elevado e estimula a sonegação.

A redação proposta no § 3º estabelece que o benefício da redução da multa prevalecerá proporcionalmente às importâncias recolhidas no caso de pagamento com insuficiência de valores, objetivando conferir maior equidade ao benefício, uma vez que a redução atual condiciona a sua fruição ao pagamento integral das quantias, o que gera injustiças e distorções;

III - Art. 41 - nova redação do § 2º:

A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Coordenação da Receita do Estado, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado, vêm adotando medidas que visam dar mais eficiência à recuperação dos créditos tributários pendentes, inscritos ou não em dívida ativa.

Com o aumento das ações de cobrança e um maior contato com os devedores se percebeu que, muitas vezes, o pequeno devedor, embora queira quitar suas pendências junto ao fisco estadual, não consegue realizar o parcelamento de dívidas ativas ajuizadas em razão da necessidade de oferecimento de bens em garantia, que nem sempre possui.

Com a liberação de apresentação de garantia para o parcelamento, em até doze parcelas, de dívidas ativas de até 800 UPF/PR, busca-se possibilitar a recuperação de créditos de valores relativamente baixos, normalmente devidos por empresas de pequeno porte.

Se por um lado o Estado abre mão da apresentação de garantias (nem sempre executáveis no caso da rescisão do parcelamento), por outro existe a possibilidade de recuperação dessas pendências no prazo máximo de doze meses, quando a regra geral é que o parcelamento ocorra em até 60 meses. Dessa forma, mesmo que o parcelamento venha a ser



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

descumprido após o pagamento de, por exemplo, três parcelas, será possível a recuperação de 25% do crédito.

Com a legislação vigente, que obriga a apresentação de garantia no parcelamento de dívidas ativas ajuizadas, o devedor que não disponha de bens para oferecimento em garantia não efetuará o parcelamento e não haverá qualquer recuperação;

IV - Art. 55 - nova redação ao inciso I e à alínea "a" do inciso XV do § 1º:

O percentual atual da multa aplicada pelo inadimplemento do imposto declarado, mesmo quando somado à incidência de juros pela taxa SELIC, é considerado vantajoso pelos contribuintes em relação ao inadimplemento de outras obrigações. Assim, muitos privilegiam o pagamento de outros débitos em detrimento do pagamento do ICMS. Em pesquisa à legislação de outras unidades da Federação, constatou-se que a sanção pela falta de pagamento do imposto declarado no Estado do Paraná é uma das menores.

Ainda, ao não diferenciar a sanção para o devedor que recolhe o imposto devido após a inscrição em dívida ativa, incentiva-se a procrastinação do pagamento. Por isso a aplicação de redução da multa no caso dos pagamentos ou parcelamentos efetuados antes da inscrição em dívida ativa.

Com relação à alínea "a" do inciso XV, a alteração proposta esclarece que a multa prevista se aplica "por período de apuração";

V - Art. 56 - nova redação ao inciso II:

O dispositivo, com a redação atual, considera iniciado o procedimento fiscal com a apreensão de bens, de mercadorias ou com a retenção de documentos ou de livros, bem como que a ciência do termo de início de fiscalização deverá ser dada ao sujeito passivo, ao seu representante ou preposto; e que o procedimento fiscal é iniciado por qualquer outro ato escrito praticado por servidor competente.

A alteração proposta inclui a apreensão e retenção de mídias ou de informações digitais, além de acrescentar que a intimação deverá ser feita conforme os termos da alínea "a" do inciso V, que trata especificamente desse procedimento, tornando mais clara a redação.

Também propõe a alteração do termo "servidor



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

competente" para "Auditor Fiscal", especificando, dessa forma, a autoridade administrativa investida da função legal de execução de atos inerentes à fiscalização dos tributos estaduais;

VI - Art. 56 - nova redação da alínea "c" do inciso III:

O dispositivo alterado dispõe que a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais.

A redação proposta aperfeiçoa o texto atual, com a inclusão da menção ao lançamento de ofício;

VII - Art. 56 - inclusão da alínea "d" no inciso III:

A redação proposta se destina a implementar o "relatório fiscal circunstanciado" como documento integrante do auto de infração, exceto nos casos de fiscalização de mercadorias em trânsito, por se tratarem de infrações de configuração instantânea e do fato de que o espaço disponível na peça básica é suficiente para descrever com precisão e clareza a infração e suas circunstâncias.

A proposta traz ganhos tanto na celeridade dos processos quanto na própria qualidade dos lançamentos de ofícios, que terão um melhor embasamento técnico e darão maiores subsídios aos contribuintes e aos julgadores;

VIII - Art. 56-Inclusão das alíneas "e" a "g" ao inciso III:

Os dispositivos propostos tratam de nulidades, determinando: 1) que as eventuais incorreções ou omissões do auto de infração ou da notificação de lançamento não acarretam sua nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo, devendo essas incorreções ou omissões ser corrigidas e suprimidas pela autoridade competente, reabrindo-se o prazo de defesa; 2) que não se declarará a nulidade sem prejuízo às partes, em favor de quem lhe houver dado causa, se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingindo a sua finalidade; 3) que a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência; 4) que a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique



evidente o enquadramento legal, disposições constantes no Código de Processo Civil e no Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal federal, com vistas ao atendimento dos princípios da economia e da informalidade processual, tão necessários na prestação jurisdicional administrativo tributária;

IX - Art. 56 - nova redação ao inciso IV do art. 56:

A redação atual estabelece que é admissível a apreensão de mercadorias, de bens, de livros, de documentos e de arquivos, inclusive os magnéticos.

A redação proposta inclui as informações digitais e estabelece que a comprovação de sua integridade ocorre quando tenha sido efetuada sua vinculação a um ou mais códigos digitais gerados por aplicativo especialmente projetado para a autenticação de dados informatizados, garantindo que a configuração do código autenticador se modifique na hipótese de ocorrer qualquer alteração, intencional ou não, do seu conteúdo. A inclusão se faz necessária em face da evolução tecnológica da informação;

X - Art. 56 - nova redação ao inciso V:

O inciso, com a redação atual, determina que a intimação para o autuado integrar a instância administrativa, bem como da decisão em primeira instância, será realizada pessoalmente ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica e por publicação única no Diário Oficial Executivo, quando resultarem improficuas as alternativas anteriores.

Na redação proposta foi substituído o termo "via telegráfica" por "outro meio, com prova de recebimento". Também foi incluída a possibilidade da intimação por meio eletrônico e por publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, com o objetivo de aproveitamento de tecnologias que possibilitem que as intimações sejam promovidas por outras modalidades, inclusive a eletrônica, mantendo, contudo, as demais formas tradicionais de intimação.

A evolução da tecnologia permite atualmente o envio de mensagens eletrônicas para os interessados nos editais, bem como a disponibilização de vários tipos de consultas, no sítio da Secretaria da Fazenda, aumentando a transparência dos atos administrativos.

Diante disso, e sem perder de vista a diretriz traçada pela Constituição da República pela celeridade nos processos, é conveniente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

reduzir o prazo em que se considerará feita a intimação por edital, de trinta para dez dias, mais condizente com a realizada atual, considerando que o Diário Oficial Executivo se encontra informatizado, o que simplifica e facilita o seu acesso em todo o território paranaense. Vale lembrar que o prazo de trinta dias foi fixado para a realidade vigente no ano de 1996, quando os editais circulavam em papel.

Ademais, considera-se a implementação de outras formas de notificação, mais eficientes que as atualmente utilizadas;

XI - Art. 56 - nova redação do inciso VI:

O inciso, com a redação atual, indica que a reclamação deve ser protocolizada na repartição onde correr a instrução do processo.

Na redação proposta foi substituído o termo "repartição por onde correr a instrução do processo" por "qualquer repartição da Coordenação da Receita do Estado", visando dar mais flexibilidade e comodidade aos contribuintes, evitando deslocamentos desnecessários;

XII - Art. 56 - nova redação ao inciso VIII:

Insta-se de mero perfeiçoamento da redação, sem alteração substantiva.

XIII - Art. 56 - nova redação ao inciso IX:

Ajusta a redação em face da revogação do dispositivo que tratava da contestação.

O prazo de quinze dias para a elaboração do Parecer foi suprimido, tendo em vista que com a adoção do processo eletrônico serão definidas metas administrativas internas, que considerarão a complexidade dos processos. O prazo até então fixado, ao não considerar a complexidade dos processos, torna impraticável o seu cumprimento, em boa parte dos casos;

XIV - Art. 56 - nova redação ao inciso X:

O inciso, com a redação atual, estabelece que nos casos de constatação, antes da decisão singular, de erro na capitulação da pena, da existência de sujeito passivo solidário ou de falta que resulte em agravamento



da exigência, será lavrado auto de infração revisional.

Na redação proposta foi inserida a ressalva prevista no art. 149 do Código Tributário Nacional e reduzida a possibilidade de auto revisional, que será feito somente na hipótese de existência de solidário.

Para as outras situações, exigir-se-á a lavratura de novo auto de infração, o que torna mais condizente com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

XV - Art. 56 - nova redação ao inciso XI:

O inciso atual estabelece que a competência para o julgamento em primeira instância é do Diretor da CRE - Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la.

Na redação proposta foi especificado que a delegação da competência poderá ser em caráter singular ou colegiado; que a autoridade julgadora poderá determinar a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias; e que fará parte da decisão um relatório resumido do processo, aludindo expressamente às razões de defesa suscitadas pelo reclamante.

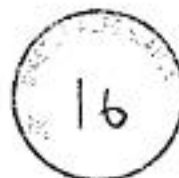
A nova redação propõe a padronização dos procedimentos das decisões em primeira instância, determinando quais são os elementos indispensáveis na sua elaboração (relatório, parecer e conclusão), assegurando, com isso, a boa prestação jurisdicional administrativa.

Além disso, prevê a possibilidade de abertura de prazo adicional aos contribuintes para manifestação, no caso de juntada de novos elementos ao processo administrativo fiscal;

XVI - Art. 56 - nova redação ao item 1 da alínea "a" do inciso XII:

A redação atual estabelece que haverá recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, da decisão favorável ao contribuinte, quando o montante atualizado do crédito for superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Na redação proposta foi incluída a expressão "na data do julgamento", com o objetivo de especificar a data da atualização do crédito tributário para fins de proposição do recurso de ofício ao CCRF, qual seja, na



data do julgamento, alterando o valor em moeda corrente para UPF/PR;

XVII - Art. 56 - nova redação à alínea "b" do inciso XIV:

A alteração proposta melhora a técnica redacional, eliminando incongruências e prevendo regulamentação detalhada pelo Poder Executivo.

A redação que se pretende alterar prevê que os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de exclusão do crédito tributário ou de regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário.

O Código Tributário Nacional prevê duas hipóteses de exclusão de crédito tributário: a isenção e a anistia.

Dessa forma, o dispositivo não teria aplicação prática, uma vez que para a isenção não há inscrição de débito em dívida ativa e para a anistia é necessária autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e regulamentação específica.

Com relação à segunda hipótese de aplicação do dispositivo (regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário) também não se vislumbra qualquer sentido prático, pois não há processo administrativo fiscal de rito sumário.

Por outro lado, em função do princípio da economicidade, pode surgir a necessidade de remissão de débitos de pequeno valor, o que justificaria a previsão de regulamentação via decreto do Poder Executivo;

XVIII - Art. 56 - inclusão do parágrafo único:

A redação proposta estabelece que a administração tributária poderá determinar hipóteses em que as reclamações ou os recursos, e os documentos a serem anexados aos autos, possam ser enviados de forma eletrônica ou apresentados de forma digital, em face da evolução tecnológica da informação, permitindo maior celeridade ao processo;

XIX - Art. 57 - nova redação ao § 2º:

Pretende-se a adequação do dispositivo às novas possibilidades de intimação previstas no inciso V do art. 56;



XX - Art. 59 - nova redação ao artigo:

A redação atual estabelece que são ilididas as responsabilidades do agente fiscal nos pagamentos insuficientes em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, isto quando as diferenças forem lançadas em processo administrativo fiscal ou em dívida ativa.

A redação proposta estabelece que a administração tributária poderá anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais e retificar seus próprios atos quando existem defeitos sanáveis, com objetivo de privilegiar os princípios da legalidade, da equidade e da economicidade, bem como em atenção ao Princípio da Autotutela da Administração Pública e à Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

XXI - Art. 35 - revogação do § 3º:

Revoga-se dispositivo que determinava que o pagamento do crédito tributário realizado em repartição fazendária fosse efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo, uma vez que, atualmente, as repartições fazendárias não recebem tributos, sendo essa tarefa direcionada exclusivamente às instituições bancárias;

XXII - Revogação do § 3º do art. 41:

Revoga dispositivo que excluía o benefício de ordem, na hipótese de utilização de fiança para possibilitar o parcelamento de crédito tributário ajuizado, adequando a Lei nº 11.580/1996 ao texto do Código Civil, que possibilita esse direito ao fiador demandado pelo pagamento da dívida (art. 827 do Código Civil);

XXIII - Revogação do inciso VII do art. 56:

O inciso, com a redação atual, estabelece a fase da contestação para manifestação do auditor fiscal sobre as razões oferecidas pelo autuado em sua reclamação.

Propõe-se suprimir essa etapa com a inclusão do relatório fiscal na presente proposta.

A alteração contribuirá para a celeridade do processo, tal



como preconizada pela Constituição da República e conforme exemplo de sucesso oferecido pela Receita Federal do Brasil;

XXIV - Revogação da alínea "b" do inciso XIV do art.

56:

O § 6º do art. 150 da Constituição Federal dispõe que "qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal...". Desta forma, verifica-se que a remissão ou o cancelamento de créditos tributários deve, efetivamente, ser realizada por meio de lei e não por decreto;

XXV - Art. 2º:

A postergação da vigência da Lei em noventa dias, em relação às alterações previstas nos incisos II, III e IV do artigo 1º, decorre da necessidade de alteração nos sistemas da Receita Estadual e da divulgação das alterações para o contribuinte.

Desta feita, por todo o exposto, vislumbra-se a real necessidade de alteração dos citados dispositivos da Lei nº 11.580/1996, conforme consta devidamente justificado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 062/2013

Projeto de Lei nº 062/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 015/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.580/96. ICMS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 que dispõe sobre o ICMS.

Devidido vista.
em 12/03/2013
TODOS
ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifos nossos)

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o ICMS.

Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que abrange um valor de inadimplência irrelevante, de 1,1% (um vírgula, um por cento) e, portanto, amparada pelo art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/00:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

(grifos nossos)


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO

190313 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 062/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 015/2013 que altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa e competência, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Já a Constituição Federal em seu art. 155, inciso II, ressalta a competência dos Estados e do Distrito Federal para tratar de assuntos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Insta ressaltar que, conforme informações contidas na justificativa do Projeto de Lei em questão, a proposta visa adequar a legislação no sentido de integrar novos conceitos de ciência eletrônica, do domicílio eletrônico, bem como do lançamento de ofício e do processo administrativo fiscal eletrônico. Assim sendo, existe a necessidade de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

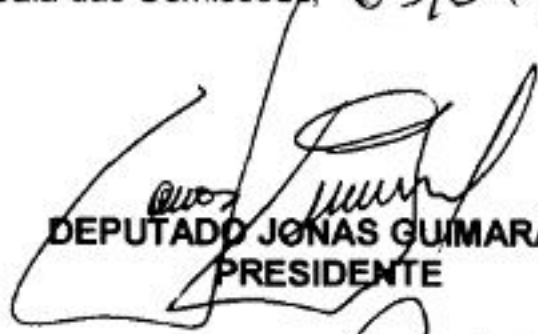
certas adaptações na redação de alguns dispositivos da Lei Orgânica do ICMS.


Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta-se em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).


Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/04/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Branstetter


Dep. Evandro F.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 62/2013

Súmula: Altera dispositivos da lei nº 11.580/1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 62/2013, de autoria do Poder Executivo.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que conforme art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio, que é o caso do Projeto de Lei em tela.

CONCLUSÃO




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

53

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 62/2013.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.



Deputado André Bueno
Presidente



Deputado Nelson Garcia
Relator



Alexandre



Toninho



Joneas



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 71/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

§ 1º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG deve integrar o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado do Paraná, na prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população, servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 2º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG deve integrar a rede hospitalar pública de atendimento conforme definições da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º As providências organizacionais, administrativas, orçamentárias e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referido no *caput* do art. 1º desta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º Os servidores alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva exercerão suas atividades no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais até seu remanejamento para outras unidades organizacionais, ficando a responsabilidade orçamentária e financeira sob a égide da Secretaria de Estado da Saúde – SESA enquanto perdurar a alocação.


Art. 4º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, simbologias DAS-1 (01 cargo), DAS-4 (03 cargos) e DAS-5 (11 cargos).

Parágrafo único. Ficam extintos da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento, alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

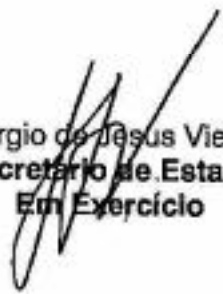
Palácio do Governo, em 07 de março de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a criação dos cargos constante do protocolado n.º 11.511.752-1, na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, não causará impacto financeiro para o Estado, visto que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de estado da Saúde – SESA na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes na SETI.

Curitiba, 07 de março de 2013.



Sérgio de Jesus Vieira
Secretário de Estado
Em Exercício

Confere com o original

CC em 07/03/2013

Ass. 

MENSAGEM

Nº 018 /2013

Curitiba, 07 de março de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 11/03/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, transferindo sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG possui cursos na área de saúde desde a sua fundação. A excelência no ensino nessa área foi conquistada com um corpo docente altamente qualificado e estrutura para ensino e pesquisa de ponta. Os laboratórios e clínicas nas áreas de farmácia, enfermagem e odontologia são equipados e modernos, propiciando uma vasta produção científica em nível internacional, além da abertura de curso de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu* altamente conceituados.

Essa história de sucesso proporcionou à UEPG o início do curso de medicina no ano de 2003, reaberto em 2009. Este curso segue na mesma trajetória de sucesso dos outros cursos historicamente consagrados. Com algumas alterações e aproveitando muito da estrutura e do corpo docente já existente, já nos primeiros anos o curso de medicina da UEPG conseguiu atingir seus objetivos de ensino/pesquisa/extensão. Como demanda de um projeto pedagógico de vanguarda, associado às diretrizes do Ministério da Educação (MEC), os alunos foram, desde os primeiros dias de aula, inseridos em atividades clínicas/epidemiológicas, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o que, inclusive, permitiu o uso de algumas unidades básicas de saúde como campo de estágio.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/ProL 11.511.752-1



A partir do segundo ano, mas principalmente do terceiro ano em diante, os alunos iniciaram o contato com as disciplinas clínicas. Essas disciplinas necessitam de ambulatórios e enfermarias especializadas, encontradas em hospitais de atendimentos secundário e terciário. No momento, essas aulas têm sido realizadas principalmente através de convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, bem como no Hospital Regional de Ponta Grossa.

Está planejado para o mês de junho de 2013 o início do Internato Médico. Essa parte do curso é caracterizada por estágio com imersão em unidades de saúde com urgências e emergências, assim como com pediatria, tocoginecologia, clínica médica e clínica cirúrgica. Como é possível observar, nesse ponto é muito importante a integração do curso de medicina com a unidade de estágio, que deve ser preferencialmente um hospital universitário.

A própria definição de hospital universitário demonstra como o MEC classifica a importância dos hospitais ligados às universidades e o impacto de sua atuação na comunidade:

"Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde. Os hospitais universitários apresentam grande heterogeneidade quanto à sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento. Todos desempenham papel de destaque na comunidade onde estão inseridos."

O Hospital Regional de Ponta Grossa nasceu e cresceu no Campus de Uvaranas da UEPG, com o foco voltado para ser um grande centro de ensino e pesquisa que oferecesse atendimento de qualidade em nível terciário para toda a região dos Campos Gerais, exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde.

Trata-se de um hospital em fase de implantação progressiva de seus serviços, tornando-se gradativamente uma referência para a Região dos Campos Gerais. Com a administração da UEPG e a sua transformação em Hospital Universitário pode-se esperar: a) maior qualidade na formação de médicos e outros profissionais da saúde egressos da UEPG; b) ampliação no número e na qualidade dos projetos de pesquisa da UEPG; e, c) maior atuação do hospital em projetos de educação continuada e de atendimento diferenciado à população dos Campos Gerais.

Assim, pode-se concluir que não há maior beneficiário da transformação pretendida que o paciente, em especial o usuário do Sistema Único



de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Por fim, cabe ressaltar que a criação dos cargos propostos no artigo 4º do Anteprojeto de Lei ora submetido à aprovação dessa Casa de Leis não esbarra na vedação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois substituirão aqueles mesmos cargos existentes na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, cuja extinção também é prevista no parágrafo único do mesmo dispositivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO
DE REGIME DE URGÊNCIA



Súmula: REQUER REGIME DE URGÊNCIA
NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI
N.071/2013.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente
subscrive, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME
DE URGÊNCIA** na tramitação do **PROJETO DE LEI N. 071/13** de
autoria do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 182 do
Regimento desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de março de

2013

Plauto Miró
DEPUTADO PLAUTO MIRÓ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 27 / 03 / 13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

14:59 26/03/2013 002385 WT ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

Projeto de Lei nº 71/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 018/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EMENTA: SAÚDE. TRANSFORMAÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO VINCULADO À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em hospital Universitário Regional dos Campos Gerais - HURCG, transferindo sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao



Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborar deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no entanto, *in casu*, NÃO HAVERÁ impacto, uma vez que serão extintos os cargos existentes na SESA na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes na SETI.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

No entanto, não podemos deixar de observar o disposto no art. 238 da Constituição Estadual do Paraná que em suma proíbe a alteração de nomes próprios públicos estaduais, conforme abaixo:

"Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de



autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso).

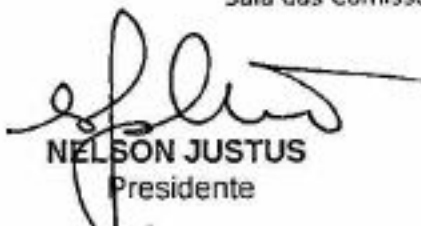
Ademais, a lei 8.761 de 29 de abril de 1988 veda expressamente tal alteração tendo em vista a preservação da memória tradicionalista paranaense, razão pela qual faz-se necessário a emenda substitutiva geral anexada.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** (anexado).

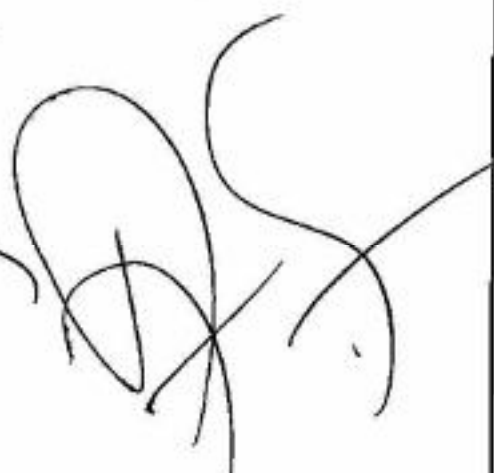
Sala das Comissões, 26 de março de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


PR. EDSON PRACZYK
Relator









EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral para alterar a redação do projeto, o qual passará a contar com a seguinte redação:

Súmula: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR O HOSPITAL REGIONAL WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA E TRANSFERÍ-LO PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG.

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferí-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

§ 1º. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado do Paraná, na prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população, servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 2º. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar a rede hospitalar pública de atendimento conforme definições da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º. As providências organizacionais, administrativas, orçamentárias e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referidos no *caput* do art. 1º desta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Gondim
Galileu Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246

recebido 26.03.13.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 3º. Os servidores atualmente alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva exercerão suas atividades no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, ficando a responsabilidade orçamentária e financeira sob a égide da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, simbologia DAS - 1 (01 cargo), DAS - 4 (03 cargos) e DAS - 5 (11 cargos).

Parágrafo Único. Ficam extintos da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento, alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

Pericles Mello

APROVADO

26.03.13 Andreis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 018/13 que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Pastor Edson Praczyk, exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral, que visa a manutenção do nome do Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, tendo em vista a proibição de alteração de nomes próprios públicos estaduais, conforme o disposto no art. 238 da Constituição do Estado do Paraná.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a matéria está tramitando em Regime de Urgência, por requerimento subscrito pelo Nobre Deputado Plauto Miro Guimarães, aprovado em sessão plenária do dia 26 de março do corrente.

Importante salientar que, a Constituição do Estado do Paraná, por meio dos arts. 65, 66 e 87, garantem ao Governador do Estado a iniciativa de leis dessa natureza.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que a mesma, faz-se acompanhar da Declaração do Senhor Sérgio de Jesus Vieira, Secretário de Estado em exercício da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Superior, informando que a matéria não causará impacto financeiro para o Estado, tendo em vista que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de Estado da saúde – SESA, na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes da SETI.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/04/13

aus. [assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[assinatura]
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

[assinatura]
Dep. Antônio

[assinatura]
Dep. Orlando

[assinatura]
Dep. Pedro Leupion



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 018/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “autorizar o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG”.

A proposta encaminhada tem por finalidade beneficiar o paciente, em especial o usuário do Sistema Único de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Com a administração da UEPG e a sua transformação em Hospital Universitário pode-se esperar; maior qualidade na formação de médicos e outros profissionais da saúde egressos da UEPG; ampliação no número e na qualidade dos projetos de pesquisa da UEPG e maior atuação do hospital em projetos de educação continuada e de atendimento diferenciado à população dos Campos Gerais.

A proposta apresentada, não provocará impactos financeiros imediatos, conforme informações do Ordenador de Despesas, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal n.º 101/00.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão, com parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral, que visa a manutenção do nome do Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, e a Comissão de Finanças exarou o devido parecer favorável.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 — Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III – CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, Em 10 DE ABRIL 2013

DEP. NEREU MOURA

Presidente

DEP. DR. BATISTA

Relator

Dep. J. J. Moraes

Dep. B.

Dep. Pastor Edison

Explicação Buhner

Dep. Luis Henri



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 71/2013, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivos transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Em observação ao art. 33-T, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Ciência e Tecnologia manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, manifestar-se em proposições que:

I - objetivem a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

FUNDAMENTAÇÃO

Observamos que a matéria está tramitando em Regime de Urgência, por requerimento subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães. Sallentamos que de acordo com os arts. 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná, é garantida ao Poder Executivo a iniciativa de leis desta natureza.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury Comissão de Ciência e Tecnologia



Assim, e verificando que o presente projeto de lei não causará impacto orçamentário para o Estado, tendo em vista que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de Estado da Saúde na mesma proporção da criação dos novos cargos na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta Comissão não vislumbra qualquer impedimento para seu trâmite.

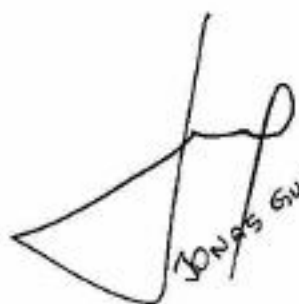
CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Ciência e Tecnologia emite parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 71/2013.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.


Dep. TERUO KATO
Presidente


Relator
PASTOR PRACZYK


JONAS GUIMARÃES


ELIO VERRI


AVELINO ZAGEIRO


ELIO BUSCH


BERNARDO CARLI



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/2013

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, transferindo a sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assim, pode-se concluir que não há maior beneficiário da transformação pretendida que o paciente, em especial o usuário do Sistema Único de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2013.

DR. BATISTA
Presidente

Relator

STEFANES



ANTEPROJETO DE LEI 132/2013

Súmula: dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica isenta de ICMS a operação interna de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, e em Municípios com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.

§ 1º A isenção de que trata esta lei compreende o imposto incidente desde a operação de saída do produtor ou do importador e está condicionada ao desconto no preço equivalente ao valor dispensado.

§ 2º Não será exigida a anulação proporcional dos créditos decorrentes das entradas.

Art. 2º A fruição do benefício condiciona-se:

I - à existência de contrato administrativo de concessão ou permissão para a prestação de serviços de transporte público, firmado com o ente responsável pela concessão ou permissão em município integrante de região metropolitana, nos termos da legislação específica;

II - à elaboração de laudo determinando os valores das tarifas do transporte coletivo urbano em região metropolitana pelo órgão incumbido da administração e fiscalização do transporte público de passageiros, no município ou na região metropolitana;

III - à celebração de termo de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pelas funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do serviço, contemplando o compromisso de praticar as tarifas especificadas no laudo de que trata o inciso II deste artigo, além de outros requisitos fixados em norma regulamentar.



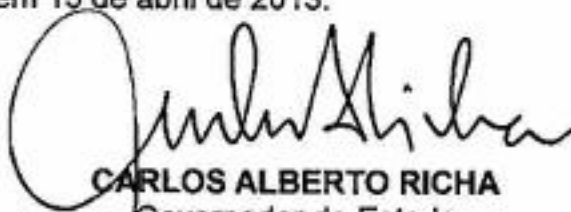
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à operacionalização desta lei, podendo estabelecer regras especiais de controle e fiscalização, sujeitando-se à exclusão deste regime de tributação a pessoa jurídica ou o fornecedor de óleo diesel que descumpri-las.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de abril de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I- Protocole-se
II-À Procuradoria Geral para providências.

Em, 15/04/2013.

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 027/2013

Curitiba, 15 de abril de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 ABR 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva isentar da cobrança de ICMS o óleo diesel utilizado na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano integrado em região metropolitana, realizado mediante pagamento de tarifa única, e em Municípios com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes, visando o atendimento mais econômico, seguro e de qualidade do transporte de pessoas que dependem da utilização diária desse tipo de transporte.

Destaca-se, conforme determina a Constituição Federal, no inciso V do art. 30, que a competência executiva do transporte urbano é dos municípios e a do transporte intermunicipal, em razão da competência residual estabelecida no § 1º do art. 25, dos estados. Assim, o fornecimento de um transporte público de qualidade, de tarifa módica e agregador entre municípios, é dever do Estado.

Devido aos elevados custos operacionais, a continuidade dos serviços prestados à população pelas empresas concessionárias desse serviço, integrado está ameaçada, pois o repasse dos custos elevaria demasiadamente o valor da tarifa, afastando o usuário, por comprometimento de sua renda, e, ainda mais, a produtividade do setor.

A retirada do imposto sobre o óleo diesel, de competência constitucional do estado, contribuirá para a redução das tarifas cobradas dos cidadãos em todas as regiões metropolitanas com sistemas integrados de transporte.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

15112 15/04/2013 08:31:52 DP 1504112



A proposta prevê que a desoneração está condicionada ao desconto no preço do combustível pelo fornecedor, podendo dela usufruírem as empresas habilitadas à prestação do serviço, mediante concessão ou permissão, que firmarem convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda e com o órgão estadual ou municipal responsável pela gestão e fiscalização do serviço.

Com a isenção proposta, estima-se um impacto inicial na arrecadação de ICMS de, aproximadamente, R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) anuais, segundo os dados de consumo anual fornecidos pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

O benefício tributário a ser concedido alcançará, neste momento, a Região Metropolitana de Curitiba, cujo transporte público é estruturado e integrado física e tarifariamente, além de outros sistemas de transporte coletivo de municípios com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes.

A contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, que, somente em relação ao óleo diesel, até a presente data, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras de buscar o alinhamento do preço dos combustíveis aos valores praticados no mercado internacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ,
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 132/2013

Projeto de Lei nº 132/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 027/2013

Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO DE ICMS PARA OPERAÇÃO COM OLEO DIESEL PARA TRANSPORTE COLETIVO URBANO E METROPOLITANO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva isentar a cobrança de ICMS de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, e em Municípios com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes, executada por pessoa jurídica mediante regime de concessão ou permissão, em conformidade com a legislação específica que disciplina as licitações e os contratos públicos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifos nossos)

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o ICMS.

Vislumbra-se, ainda, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



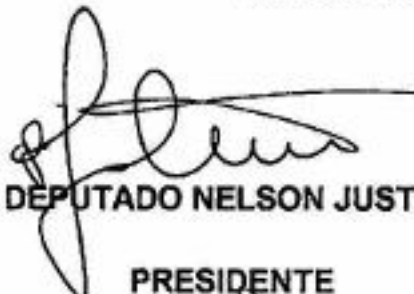
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.






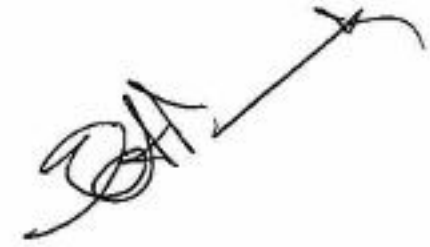
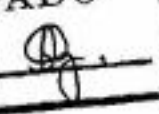
Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR







APROVADO
16.03.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 132/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 022/2013 que dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Governador objetivava garantir isenção de ICMS a operação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros em região metropolitana, com integração física e tarifária, e em Municípios com mais de 140.000 (cento e quarenta mil) habitantes.

Insta ressaltar consoante a justificativa do autor, que em relação ao impacto inicial, com a isenção proposta na arrecadação de ICMS, a mesma, será de aproximadamente R\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) anuais, conforme dados fornecidos pela COMEC.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



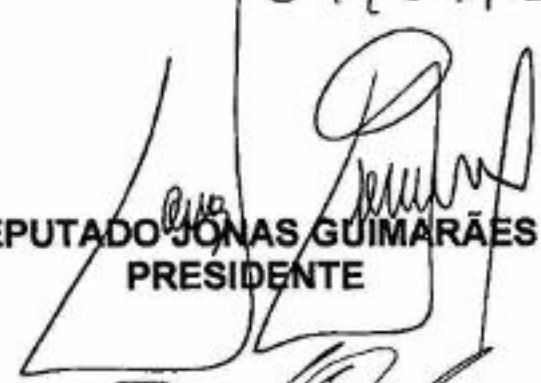
Ainda nesta linha a contrapartida de arrecadação decorrerá do acréscimo proporcionado pelo aumento do preço dos derivados de petróleo nas refinarias, previsto para este exercício, em relação ao óleo diesel, já soma 10,67%, devido à política da Petrobras.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


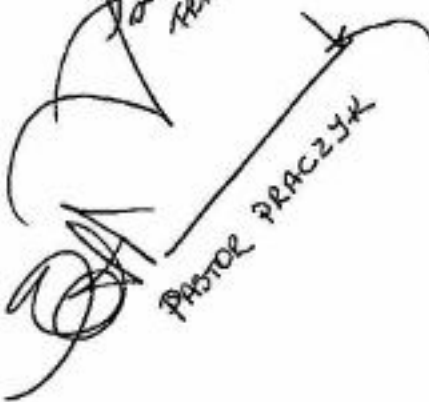
É o parecer.

Sala das Comissões, 24/04/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


ENIO VERZI


ANTONIO CARLOS

PRACYK



COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 132/2013

O Projeto de Lei nº 132/2013, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações internas com óleo diesel, utilizado na prestação de serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano integrado de passageiros.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças ao examinar a Proposição emitiram parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-Q, do Regimento Interno, entende que a proposição merece apoio de vez que se trata de subsídio de fundamental importância para a redução das tarifas do transporte coletivo urbano integrado, beneficiando sobremaneira os moradores de municípios participantes de regiões metropolitanas onde opera o sistema, especialmente os que utilizam diariamente esse meio de locomoção para deslocamento até as empresas onde trabalham, situadas em município diverso de onde residem.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/4/13.

Deputado ~~TONINHO~~ WANDSCHEER
Relator e Presidente

